



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE Omena ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMACÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 3 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1690/2018.

Interessado: Diretoria de Pessoal desta PGJ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidores Públicos. Jornada de Trabalho. Ato PGJ/AL nº 19/2012. Ausência não justificada ao trabalho por período superior a quinze (15) dias consecutivos. Resquícios de falta funcional. Incidência da Lei Estadual nº 5247/1991. Sindicância administrativa. Existência. Parecer conclusivo da comissão para instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Implementação dos requisitos inerentes a luz do que consta nos autos, observado o disposto no art. 157, inciso III, 158, ambos da Lei Estadual nº 5247/1991. Pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, observado o disposto no art. 158 usque 183, todos da Lei Estadual 5247/1991, para apuração de responsabilidade dos fatos noticiados e providências legais cabíveis". À Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPA para as medidas cabíveis.

Proc: 3782/2018.

Interessado: Seção de Engenharia/Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 3880/2018.

Interessado: Norma Sueli Tenório de Melo Medeiros, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro a designação solicitada. Lavre-se a portaria necessária. Em seguida, vão os autos à DP para adoção das medidas cabíveis.

Proc: 3893/2018.

Interessado: Delegacia dos Crimes contra a Ordem Tributária, a Administração Pública e o Consumidor - DECCOTAP.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Remeta-se à 17ª Promotoria de Justiça da Capital, com traslado à Promotoria de Justiça de Satuba, para juntar ao Proc. PGJ nº 3626/2012.

PORTARIA PGJ nº 25, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 3880/2018, RESOLVE designar a Dra. NORMA SUELI TENÓRIO DE MELO MEDEIROS, 22ª Promotora de Justiça da Capital, para responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, até ulterior deliberação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 26, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc SAJ/MP nº 02.2018.00006349-9, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do CAOP, para atuar conjuntamente com a Promotoria de Justiça de São José da Tapera, no Inquérito Civil nº 06.2018.00000736-3, para fins de apoio no desenvolvimento das investigações e eventual propositura de medidas judiciais.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 27, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2018.00006344-4, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Igreja Nova, nos Autos nº 0724300-24.2018.8.02.0001, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital, bem como nos feitos judiciais decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 28, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os Doutores ADRIANA GOMES MOREIRA DOS SANTOS, 36ª Promotora de Justiça da Capital, NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 68º Promotor de Justiça da Capital e ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, 1º Promotor de Justiça de Arapiraca, para exercerem, com prejuízo de suas atuais funções, respectivamente, as funções de Secretária-Geral da Corregedoria Geral do Ministério Público de Alagoas e Assessores Técnicos da Corregedoria Geral do Ministério Público de Alagoas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 29, de 3 de janeiro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 29, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, durante o afastamento do Promotor de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 30, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. SANDRA MALTA PRATA LIMA, 37ª Promotora de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 42ª Promotoria de Justiça da Capital, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 31, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ANTONIO LUIS VILAS BOAS SOUSA, 3º Promotor de Justiça de União dos Palmares, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pelas 48ª e 68ª Promotorias de Justiça da Capital, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

=====

>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<

=====

AO(S) 03 DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO PGJ, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 02.2019.0000007-52

Interessado: Vara Plantonista Criminal da Capital - TJAL

Natureza: Autos nº 0701060-02.2018.8.02.0067. Encaminhamento para adoção das providências necessárias.

Assunto: E-Mail

Remetido para: 62ª Promotoria de Justiça da Capital

Proc. 02.2019.0000008-20

Interessado: Maria Ester Taboza Figueiredo de Araújo

Natureza: Requerimento de TAC. Evento "Sarau na Praça", dia 13/01/2018, na Gruta de Lourdes

Assunto: Ofício nº 01/2019

Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2019.0000008-08

Interessado: Vara Plantonista Criminal da Capital - TJAL

Natureza: Autos nº 0701045-33.2018.8.02.0067. Encaminhamento para providências que entender necessárias.

Assunto: E-Mail

Remetido para: 62ª Promotoria de Justiça da Capital

Proc. 02.2019.0000007-74

Interessado: Vara Plantonista Criminal da Capital - TJAL

Natureza: Autos nº 0701049-70.2018.8.02.0067. Encaminhamento para providências que entender necessárias

Assunto: E-Mail

Remetido para: 62ª Promotoria de Justiça da Capital

Proc. 02.2019.0000007-63

Interessado: Vara Plantonista Criminal da Capital - TJAL

Natureza: Autos nº 0701051-40.2018.8.02.0067. Encaminhamento para providências que entender necessárias.

Assunto: E-Mail

Remetido para: 62ª Promotoria de Justiça da Capital

Proc. 02.2019.0000007-30

Interessado: Vara Plantonista Criminal da Capital - TJAL

Natureza: Autos nº 0701067-91.2018.8.02.0067. Encaminhamento para apuração se houve excesso policial na prisão

Assunto: E-Mail

Remetido para: 62ª Promotoria de Justiça da Capital

Proc. 02.2019.0000006-63

Interessado: 1º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de Atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.000.001643/2018-79, para providências.

Assunto: Notícia de Fato 1.11.000.001643/2018-79

Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Proc. 02.2019.0000006-96

Interessado: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP

Natureza: Envio de cópias de Processos Administrativos 48611.000263/2018-94 e 48611.000979/2017-19

Assunto: Ofício nº 05625/2018/NGC/SFO/ANP

Remetido para: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe

Proc. 02.2019.0000006-85

Interessado: Vara do Trabalho de Santana do Ipanema/AL - TRT19
Natureza: Encaminhamento de documentos
Assunto: Ofício nº 241/2018 - Vtsi
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2019.0000006-74

Interessado: 1º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Sigiloso. Declínio de Atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.000.001596/2018-63, para providências.
Assunto: Notícia de Fato 1.11.000.001596/2018-63
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2019.0000007-08

Interessado: Gabinete do Deputado Estadual Galba Novaes
Natureza: Encaminha relação dos ocupantes de cargos em comissão de Secretário Parlamentar
Assunto: Ofício nº 028/2018 - GDGN
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2019.0000001-41

Interessado: Confederação do Elo Social Brasil
Natureza: Ofício de Notificação com pedido de certidão
Assunto: Ofício nº 075/19 - GP-CESB
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 3 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 02.2018.00004857-6.

Interessado: Promotoria de Justiça da Comarca de Pilar/AL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da manifestação da Promotoria de Justiça de Pilar, à fl. 10, volvam os presentes autos ao GAECO.

Proc: 02.2019.00000011-9.

Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2019.00000014-1.

Interessado: Confederação do Elo Social Brasil.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2514/2013.

Interessado: Dr. Cláudio Luiz Galvão Malta, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006437-6), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 5092/2013.

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006451-0), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 1424/2015.

Interessado: GECOC.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006448-7), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 1667/2015.

Interessado: Núcleo de Correição Administrativa/Secretaria de Estado da Educação.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006429-8), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 503/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Município de Arapiraca/4º Ofício.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006423-2), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 1289/2016.

Interessado: Gabinete da Presidência/Tribunal de Justiça de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006439-8), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 2046/2017.

Interessado: Gabinete do Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006424-3), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 124/2018.

Interessado: Delegacia Geral de Polícia Civil.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006452-1), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 207/2018.

Interessado: Diretoria Geral desta Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006121-3), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 591/2018.

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate À Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens - GAESF.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006432-1), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 1413/2018.

Interessado: 19ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006421-0), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 1851/2018.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Fortaleza/Ministério Público do Estado de Ceará.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006119-0), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 3104/2018.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006443-2), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 3360/2018.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3457/2018.

Interessado: Secretaria de Controle Externo do Estado de Alagoas/Tribunal de Contas da União.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da digitalização e remessa dos presentes autos (Proc. SAJMP nº 02.2018.00006449-8), determino o arquivamento das peças físicas.

Proc: 3630/2018.

Interessado: Conselho Penitenciário do Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, arquite-se.

Proc: 3767/2018.

Interessado: Procuradoria de Justiça Criminal.
Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição das Portarias PGJ n°s 608/2018, 609/2018, 610/2018, 611/2018 e 612/2018, archive-se.

Proc: 3777/2018.

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3766/2018.

Interessado: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NJUS-AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição da Portaria PGJ n° 613/2018, archive-se.

Proc: 3798/2018.

Interessado: Instituto do Meio Ambiente - IMA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3829/2018.

Interessado: SESP/PCES/2ª DR Vila Velha.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 6ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3855/2018.

Interessado: Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação da DP, à fl. 5, evoluam os presentes autos ao Setor de Contratos para se manifestar.

Proc: 3896/2018.

Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Archive-se.

Proc: 3899/2018.

Interessado: Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Archive-se.

Proc: 15/2019.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 16/2019.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 3 de janeiro de 2019.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

AVISO N° 1/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL, AVISA aos membros e servidores do Ministério Público de Alagoas que remeteu à biblioteca Ernani Méro os seguintes livros:

- 1) Jurisprudência Catarinense 2017;
- 2) Saúde Pública e Sua Tutela Pelo Ministério Público;
- 3) Revista do Ministério Público Militar; e
- 4) Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 3 de janeiro de 2019.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA SPGAI n° 15, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. JAMYL GONÇALVES BARBOSA, Promotor de Justiça da 21ª PJC, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 3 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3720/2018

Interessado: Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho – Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicando entrada de exercício.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

*Republicado

Proc: 5/2019

Interessado: Bianca Attanasio Andrade – Assessor Técnico desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Considerando o art. 44 da Lei Ordinária Estadual n° 8.025/2018, defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 8/2019

Interessado: Dr. Péricles Gama de Lima Filho – Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicando entrada de férias.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Proc: 12/2019

Interessado: Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo – Procurador de Justiça.

Assunto: Comunicando entrada de férias.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 3 de janeiro de 2019.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Assessor Administrativo do Ministério Público
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO CALVO

PORTARIA N° 0001/2019/02PJ-PCALV

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N° 06.2019.00000005-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por seu Órgão Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, considerando o disposto na Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, diante da informação obtida no processo n.º 0700647-40.2018.8.02.0050 que tramitou na 2ª vara de Porto Calvo, em cuja documentação verifica-se a presença de indícios fortes de prática de nepotismo direto, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando complementar informações para delimitação do âmbito do Inquérito Civil a ser aberto, bem como, para identificação dos responsáveis e eventual propositura das ações cabíveis e para tanto, determina:

1. Requisitar do secretário de administração do município de Porto Calvo as portarias de nomeação e fichas cadastrais e financeiras dos seguintes servidores públicos:

a) MELKILÂNIA DA SILVA MELO, assessora de comunicação da Secretaria municipal de Educação;

b) MELQUESEDEQUE DA SILVA MELO, Secretário municipal de Educação.

2. Requisitar da Secretaria de Administração informações sobre a existência de parentes até o terceiro grau nomeados em cargo de comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta subordinadas à autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

3. Autuação e registro em livro próprio, consoante determina o art. 4º da Resolução nº 01/10 do Colégio de Procuradores de Justiça.

4. O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para fins de informação e acompanhamento.

Determina, ainda, dar publicidade a presente portaria e para tanto faz oficiar ao Procurador Geral de Justiça no sentido de que esta seja publicada no Diário Oficial do Estado.

Porto Calvo, 02 de janeiro de 2019.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Processo SAJ/MP nº06.2018.00000948-3.

FLORA – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – BIOMA MATA ATLÂNTICA – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

PORTARIA N° 0065/2018/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4º Promotor de Justiça da Capital, em face de Notícia de Fato que, dentre outras irregularidades de ordem urbanística, informa supressão de vegetação em área declivosa (APP), aparentemente do bioma mata atlântica, tudo sem licença ou autorização da autoridade ambiental competente, fatos ocorridos no entorno do Residencial Jorge Quintela - Benedito Bentes, nesta capital, e

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a vegetação afetada é objeto de especial preservação, por estar inserida no domínio da Mata Atlântica, patrimônio nacional, possuindo uma biota rica e diversificada, bem como a preocupação da sociedade civil organizada com o estado de degradação em que se encontra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO) no Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio urbano, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios)

CONSIDERANDO que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

CONSIDERANDO que na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos – in

casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório;

RESOLVE,

com espeque no art. 2º, II da Resolução N° 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 – comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de encaminhamento no SAJ, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução PGJ nº 01/96;

2 – Juntada aos autos da representação formulada e demais documentos;

3 – designo o servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Analista deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório;

4 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental à Secretária Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - SEDET, com respostas aos quesitos a serem formulados;

5 – designo audiência para o dia 31 de JANEIRO de 2019, às 10:00 horas, para possível apresentação de proposta de compromisso de ajustamento de conduta, notificando-se a SEDET e representante dos interessados.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP N° 23/2007.

Cumpra-se.

Maceió, 19 de dezembro de 2018.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
20ª Promotoria de Justiça da Capital

Número do MP: 06.2018.00001078-0

PORTARIA N° 07/2018

O Ministério Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da vigente Constituição da República, compaginado com o disposto no alínea “b”, inciso IV, do art. 25 da Lei 8.625/93, e no inciso IV, do artigo 4º, incisos I e II, do artigo 5º e inciso I, do art. 6º, da Lei Estadual nº 15/96, bem como nos termos da Resolução nº 174/2017 do CNMP e considerando:

1 – o recebimento pelo Ministério Público Estadual de denúncia formulada por ANTONIA RAIMUNDA ALVES - ME;

2 – que na citada denúncia o interessado requer apuração de responsabilidade acerca do atraso injustificado no pagamento de notas de empenho pela Secretaria de Estado da Educação;

3 – que fato requer apuração e acompanhamento;

4 – que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127 da CF/88), além da probidade e moralidade no serviço público;

5 – que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

RESOLVE converter a presente notícia de fato em Procedimento Preparatório, nos termos do art. 7º, da Resolução nº 174/2017 do CNMP com a finalidade apurar responsabilidades acerca do atraso injustificado no pagamento de notas de empenho pela Secretaria de Estado da Educação, o que pode acarretar na instauração de inquérito civil ou na propositura de ação civil pública,

caso o fato constitua ilícito civil. Na hipótese de não ser constatada nenhuma irregularidade, o feito poderá ser arquivado.

Para tanto determina as seguintes providências:

- 1 – Registro desta Portaria em livro próprio e autuação;
- 2 – Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

Maceió, 17 de dezembro de 2018

Sidrack José do Nascimento
Promotor de Justiça

PLANTÃO – INTERIOR - 2019			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
JANEIRO			
Atalaia	CAJUEIRO	05 e 06	Dra. Maria Luísa Maia Santos
Cajueiro			
Capela			
Marechal Deodoro			
Pilar	SANTA LUZIA DO NORTE	12 e 13	Dr. Lucas Sachside Junqueira Carneiro
Rio Largo			
Santa Luzia do Norte			
São Miguel dos Campos	ATALAIA	19 e 20	Dr. Ricardo de Souza Libório
Viçosa			
	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	26 e 27	2ª PJ: Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima
JANEIRO			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Anadia	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	05 e 06	Dr. Fernando Padilha Alves
Arapiraca			
Boca da Mata			
Feira Grande			
Girau do Ponciano	IGACI	12 e 13	Dr. Kleber Valadares Coelho Junior
Igaci			
Limoeiro de Anadia			
Maribondo	ARAPIRACA	19 e 20	10ª PJ: Dr. Adivaldo Batista de Souza Junior
Palmeira dos Índios			
Quebrangulo	ARAPIRACA	26 e 27	9ª PJ: Dr. Saulo Ventura de Holanda
Taquarana			
Traipu			
JANEIRO			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Água Branca	PÃO DE AÇÚCAR	05 e 06	Dr. João Batista Santos Filho
Batalha			
Cacimbinhas			
Delmiro Gouveia			
Maravilha	BATALHA	12 e 13	Dr. Marcus Vinicius Batista Rodrigues Junior
Major Izidoro			
Mata Grande			
Olho D'Água das Flores	ÁGUA BRANCA	19 e 20	Dr. Rômulo de Souto Crasto Leite
Pão de Açúcar			
Piranhas	MAJOR IZIDORO	26 e 27	Dr. Guilherme Diamantaras de Figueiredo
Santana do Ipanema			
São José da Tapera			
JANEIRO			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS

CORURIBE			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
JANEIRO			
Igreja Nova	PENEDO	05 e 06	6ª PJ: Dr. Izadílio Vieira da Silva
Junqueiro			
Penedo			
Piaçabuçu			
Porto Real do Colégio	TEOTÔNIO VILELA	12 e 13	Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho
São Sebastião			
Teotônio Vilela			
	CORURIBE	19 e 20	Dra. Hylza Paiva Torres Castro
	PORTO REAL DO COLÉGIO	26 e 27	Dr. Arlen Silva Brito
JANEIRO			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Matriz de Camaragibe	PORTO CALVO	05 e 06	2ª PJ: Dr. Adriano Jorge Correia de Barros Lima
Porto Calvo			
Maragogi			
Passo de Camaragibe	UNIÃO DOS PALMARES	12 e 13	4ª PJ: Dra. Carmen Sylvia Nogueira Sarmiento
Paripueira			
São Luís do Quitunde			
União dos Palmares			
Colônia de Leopoldina	UNIÃO DOS PALMARES	19 e 20	3ª PJ: Dra. Jheise de Fátima
São José da Lage			
Murici			
Messias	JOAQUIM GOMES	26 e 27	Dr. Paulo Barbosa de Almeida Filho
Joaquim Gomes			

EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: COMERCIAL LETICIA LTDA (CNPJ n° 35.375.005/0001-83). DO OBJETO: Fornecimento de painéis e postes galvanizados, além de outros materiais correlatos, conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão n° 13/PGJ/2018 e respectivos anexos.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico n° 13/2018 – Ata de Registro de Preços n° 20/2018, com fulcro nas Leis Federais n° 10.520/02, n° 8.666/93 e suas alterações, e disposições constantes no processo n° PGJ/AL-2471/2018.

DO VALOR: R\$ 237.009,48 (duzentos e trinta e sete mil, nove reais e quarenta e oito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluída no PPA 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.091.0195.3014.000 – Recuperação e Melhoria das unidades do Ministério Público, natureza de despesa 449052 – Equipamentos e materiais permanentes.

DA VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Lucicleide Gomes de Oliveira Abreu (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA (CNPJ n° 67.405.936/0001-73).

DO OBJETO: Aquisição de 5 veículos tipo sedan, por adesão a Ata de Registro de Preços n° 40/2018 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – Pregão n° 028/2018 e seus anexos, de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições do Pregão e Ata de Registro de Preços informados, bem como da proposta apresentada pela Contratada, documentos estes cujas disposições ficam

fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3840/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 28/2018, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93 e suas alterações, Ato Normativo PGJ nº 11/2005 e Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

DO VALOR: R\$ 409.555,00 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários do Fundo Especial do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, consignada no Programa de Trabalho 03.122.0195.3018.0000/000252 – Modernização do Fundo Especial do Ministério Público – Recomposição da Frota de Veículos do Ministério Público, Natureza de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e findará com o pagamento.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Christiane Verrastro Rosa de Lucca (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2015

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S. A. (CNPJ nº 03.506.307/0001-57).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de gerenciamento, via internet, do abastecimento da frota de veículos (gasolina, álcool e óleo diesel) e gerador elétrico pertencentes ao Ministério Público do Estado de Alagoas, abrangendo o fornecimento de combustíveis, por demanda, em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, nº 28/2015, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 18 de dezembro de 2018 até 17 de dezembro de 2019, face aplicação do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3526/2018.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Luciano Rodrigo Weiland e Diego Vitoria de Moraes (Representantes legais da Contratada).

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: VELOO NET LTDA (CNPJ nº 08.059.661/0001-02).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de telecomunicações – internet dedicada, nº 46/2014, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 29 de dezembro de 2018 até 28 de dezembro de 2019, face previsão expressa da cláusula décima e parecer favorável do gestor do contrato, aplicação do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3438/2018.

DO VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 222.799,92 (duzentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107/0259 – Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Jairo Ribeiro Maciel Neto (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA (CNPJ nº 05.757.597/0002-18).

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e implantação de solução tecnológica para extração e análise de dados de dispositivos móveis, incluindo hardwares, softwares e treinamento, com suporte técnico e atualização tecnológica pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações, detalhamentos e quantitativos constantes na Proposta da Contratada, nos autos do processo nº 3858/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, com supedâneo no disposto no art. 25, caput e inciso I, da Lei nº 8666/93, com o arrimo na ratificação da inexigibilidade publicada no DOE/AL em 21/12/2018.

DO VALOR: R\$ 298.422,90 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e noventa centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3013/00255 – Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Luciana Bispo da Silva Galão (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 57.142.978/0001-05).

DO OBJETO: Aquisição de licenças de uso perpétuo softwares Microsoft na modalidade de contrato Microsoft Products and Services Agreement – MPSA, objetivando atender as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas, advindos da adesão à Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão Eletrônico nº 30/2018 do Hospital das Forças Armadas, conforme especificações estabelecidos no Edital do Pregão informado, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, quantidades e valores estabelecidos neste contrato, conforme processo nº PGJ/AL-3848/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 30/2018, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93 e suas alterações, Ato Normativo PGJ nº 11/2005 e Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

DO VALOR: R\$ 55.251,00 (cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3013/00255 – Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 449040 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Ariane Andrade dos Santos (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 76.366.285/0001-40).

DO OBJETO: Fornecimento de licenças e treinamento do software de backup Veeam, advindos da adesão à Ata de Registro de Preços nº 076/2017 – Pregão Eletrônico nº 120/2017 da Justiça Federal de 1º Grau no Paraná – Seção Judiciária do Paraná, conforme especificações estabelecidos no Edital do Pregão informado, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, quantidades e valores estabelecidos neste contrato, conforme processo nº PGJ/AL-3848/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 120/2017, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93 e suas alterações, Ato Normativo PGJ nº 11/2005 e Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

DO VALOR: R\$ 160.609,18 (cento e sessenta mil, seiscentos e nove reais e dezoito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no

PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3013/00255 – Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 449040 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura ou até o adimplemento recíproco das obrigações, se anterior.

DATA DA ASSINATURA: 26 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Sheilla Hoffmann Cherobim (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO N° 54/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ n° 58.619.404/0008-14).

DO OBJETO: Aquisição de solução de gravação audiovisual de oitivas e audiências, com prestação de serviço de instalação, configuração, treinamento, operação assistida e suporte técnico, advindos da adesão à Ata de Registro de Preços n° 16/2018, vinculada ao Pregão Eletrônico SRP n° 23/2018 do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão informado, os quais integram este instrumento, independente de transcrição,

quantidades e valores estabelecidos neste contrato, conforme processo n° PGJ/AL-3786/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico n° 23/2018, com fulcro nas Leis Federais n° 10.520/02, n° 8.666/93 e suas alterações, Ato Normativo PGJ n° 11/2005 e Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

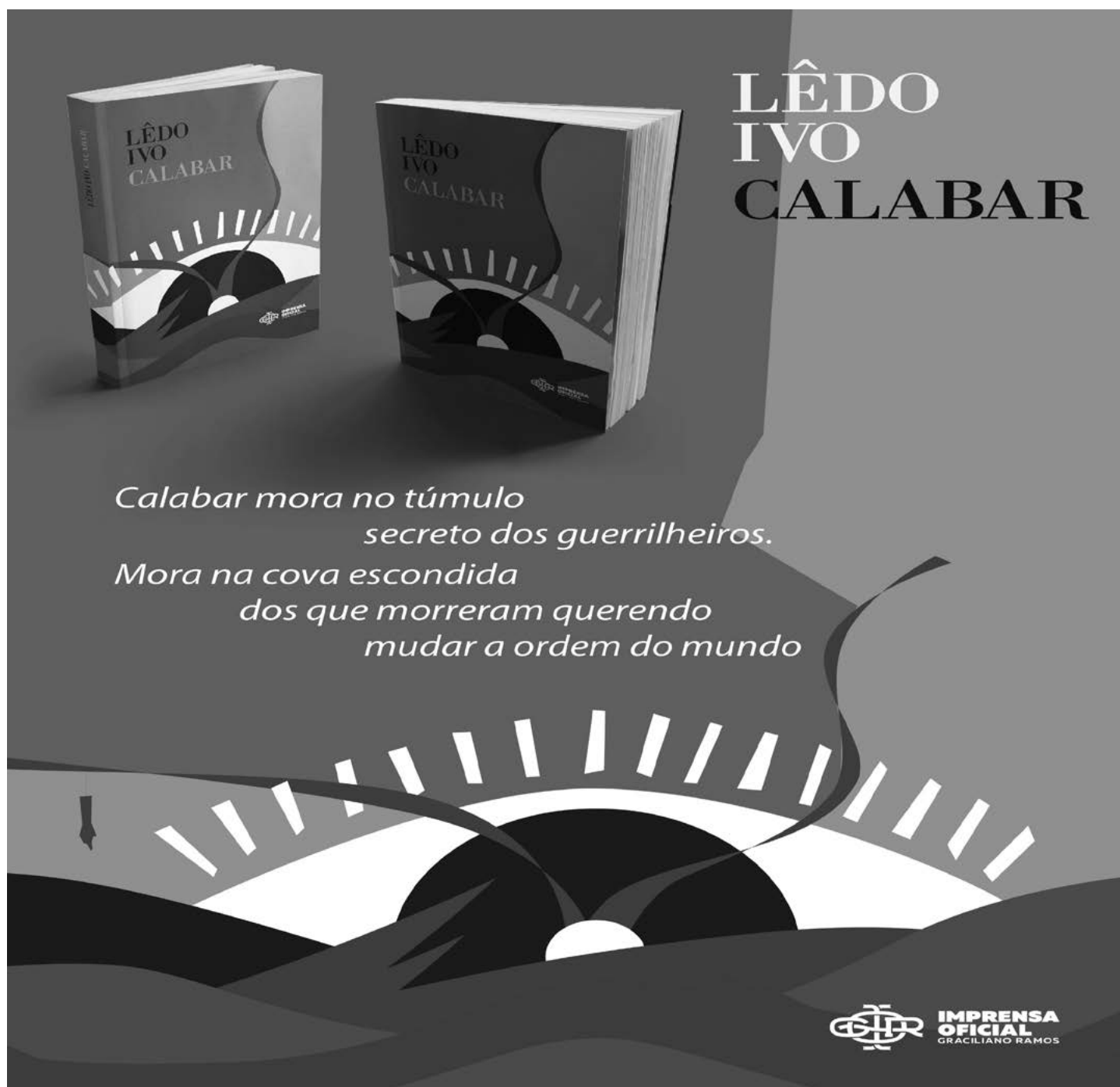
DO VALOR: R\$ 365.130,50 (trezentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta reais e cinquenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3013/00255 – Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente.

DA VIGÊNCIA: Em relação aos itens 1, 2, 3, 4 e 5 o Contrato vigorará por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura; O suporte técnico, especificado no item 6, em virtude de se tratar de serviço de caráter continuado, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto contratual.

DATA DA ASSINATURA: 26 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Sueli Cristina Letizio (Representante legal da Contratada).



**LÊDO
IVO
CALABAR**

*Calabar mora no túmulo
secreto dos guerrilheiros.
Mora na cova escondida
dos que morreram querendo
mudar a ordem do mundo*

**IMPRESA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS